



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ - 46.151.718./0001 - 80

DEPARTAMENTO DE MATERIAIS

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Ofício Especial

Birigui/SP, 30 de agosto de 2.019.

Assunto: Manifestação à Impugnação pela empresa LEGACY TECH LTDA-ME, ao edital da Concorrência Pública nº 12/2019.

Senhores Licitantes

Após análise do pedido de Impugnação ao Edital da Concorrência Pública nº 12/2019 interposto pela empresa “Legacy Tech Ltda-Me”, a Comissão Permanente de Licitações decide Indeferir o “Pedido de Impugnação”, apresentado por esta conceituada empresa, mantendo-se a redação original do edital.

Requer a empresa impugnante Legacy Tech Ltda-Me, em relação à “...a prefeitura está vendando a livre participação de varias empresas em especial Microempresas e/ou EPP’s que se enquadram dentro da lei 123 de 14 de dezembro de 2006 pelo fato do estabelecimento da clausula 11.1.4, literal d), Porém obstaculizaria as empresas que tem interesse e capacidade operativa em participar deste certame licitatório.

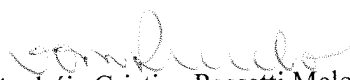
“d) Prova de patrimônio líquido, admitida atualização nos termos do art. 31, §3º da Lei Federal nº 8.666/93, não inferior a R\$793.729,08 (setecentos e noventa e três mil, setecentos e vinte e nove reais e oito centavos), correspondente à 10% do valor estimado do serviço”.

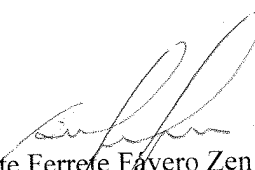
Ao ser questionada, a Comissão Permanente de Licitações, manifestou mediante documento anexo.

Desta forma, ficam as informações constantes no edital da Concorrência Pública de nº 12/2019, inalteradas e sua realização na data e horário previstos inicialmente no edital em questão.

Certos de v/ especial atenção e de pronto atendimento, subscrevemo-nos, mui

Atenciosamente.


Andréia Cristina Possetti Melo
Chefe da Seção de Licitações


Bernadete Ferrete Favero Zen
Diretora do Depto. de Materiais



R. Azeiteiro
20/3/19

MANIFESTAÇÃO À IMPUGNAÇÃO

Edital 181/2019

Concorrência Pública nº 12/2019

A Comissão Permanente de Licitações, através de seus membros, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, levar a Vosso conhecimento a Impugnação Administrativa contra os termos do Edital de Convocação (181/2019), interposto pela Empresa LEGACY TECH LTDA - ME relativo à licitação realizada na modalidade Concorrência Pública sob nº 12/2019, cujo objeto é contratação de empresa especializada para prestação de serviço para melhorias na iluminação pública existente, nos postes decorativos em Ruas e demais postes nas Avenidas da cidade, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e croqui fornecidos pela Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto.

As razões de impugnação apresentada pela empresa LEGACY TECH LTDA - ME foram impetradas tempestivamente, de acordo com o Art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e na forma estabelecida em edital.

Pretende a impugnante LEGACY TECH LTDA - ME através de suas razões a retificação do edital para suprir a exigência do item "d" da Cláusula 11.1.4, porquanto restritiva, tornando inviável a participação de outras empresas no certame, precisamente as Microempresas e/ou EPP'S.

É o relatório.

2
8 *8* *10*
11/11



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Pois bem.

O item impugnado do Edital 181/2019 traz a seguinte exigência:

“Cláusula 11.1.4

d) prova de patrimônio líquido, admitida atualização nos termos do art. 31, §3º da Lei Federal nº 8.666/93, não inferior a R\$ 793.729,08 (setecentos e noventa e três mil, setecentos e vinte e nove reais e oito centavos), correspondente à 10% do valor estimado do serviço”.

De início, imperioso se faz destacar que o processo anterior Pregão Presencial 99/2019, com o mesmo objeto em questão, fora objeto de representação junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de forma que o conteúdo deste processo, Concorrência Pública 12/2019, fora redigido em consonância com as recomendações do referido Tribunal, onde se manteve a exigência, ora impugnada.

Consideramos insubsistente a crítica que recai sobre a imposição de prova de patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, eis que tal percentual não extrapola a previsão legal contida no art. 31, §3º da Lei de Licitações.

Os serviços licitados estão orçados em R\$ 7.937.290,80 e, de acordo com o dispositivo acima mencionado a Prefeitura pode exigir das licitantes, para efeito de comprovação da qualificação econômico-financeira e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado, patrimônio líquido de até 10% do valor estimado dos serviços. E, foi o que fez ao exigir prova de patrimônio líquido não inferior a R\$ 793.729,08.

f l 10
x ✓ min



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Alega ainda a Impugnante que referida exigência está impedindo a participação de microempresas e/ou EPP's.

O presente processo licitatório respeita o tratamento diferenciado às empresas descritas na Lei Federal 123/2006, sendo-lhe permitida sua participação, bem como respeito a sua prioridade nas disputas.

Por fim, é fundamental destacar a essencialidade da contratação, objeto desta licitação, bem como a necessidade da Prefeitura se certificar que todos as licitantes possuem condições financeiras de cumprirem integralmente as disposições contidas no edital e a consequente execução do contrato, respeitando assim o Erário Público e a população que será diretamente afetada pela contratação em vista.

Vale lembrar que as exigências de qualificação econômico-financeira devem ser definidas com o objetivo de resguardar o interesse público, garantindo o cumprimento das obrigações, nos termos do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal:

“XXI. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”

Assim sendo, não assiste razão à Impugnante.





Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Isto Posto, em obediência aos princípios que norteiam as licitações, precisamente o da legalidade, RESOLVEMOS MANTER O EDITAL Nº 181/2019 DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 12/2019 pelas razões já dispendidas.

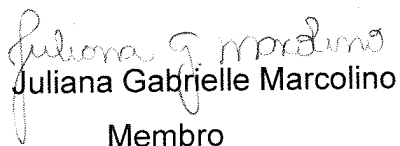
S.M.J., pelo prosseguimento do certame, encaminhando os autos a Seção de Licitações para as providências cabíveis.


Luciani Gomes Mendonça Padovan
Presidente


Vinicius Demarqui Veneziano


Kátia Maria de Castro Souza

Membro


Juliana Gabrielle Marcolino
Membro

Membro


Ricardi Pazian Baptista
Membro